COMO O MERCADO DE TRABALHO AFETA A DESIGUALDADE DE RENDA:
gênero, qualificação e institucionalidade.

Haniel Ericeira Rodrigues[1]
Alex Brito[2]

RESUMO

O texto apresenta uma revisão da literatura especializada sobre os principais determinantes da desigualdade de renda. Apresenta sucintamente o debate no Brasil para em seguida expor as principais conclusões apontadas na literatura internacional. Entre os principais resultados destacam-se: a) os aspectos ligados ao mercado de trabalho são os principais determinantes da desigualdade de renda; b) há uma associação negativa entre gênero (participação feminina) e desigualdade de renda do ponto de vista familiar, mas também positiva quando se considera o indivíduo; c) não há consenso quanto a relação entre as políticas de transferência de renda e as variáveis institucionais do mercado de trabalho na redução da desigualdade

Palavras-chave: Desigualdade de Renda; Mercado de Trabalho. Distribuição.

ABSTRACT

The text presents a review of the specialized literature on the main determinants of income inequality. It briefly presents the debate in Brazil and then exposes the main conclusions pointed out in the international literature. Among the main results, the following stand out: a) aspects related to the labor market are the main determinants of income inequality; b) there is a negative association between gender (female participation) and income inequality from the family point of view, but also positive when considering the individual; c) there is no consensus on the relationship between income transfer policies and institutional variables in the labor market in reducing inequality.

Keywords: Income Inequality. Labor Market. Distribution.

[1] Graduando do Curso de Ciências Econômicas – UFMA. Assistente de Pesquisa do GAPE/UFMA e Técnico do IMESC/MA, e-mail: haniel_r@outlook.com

[2] Professor Associado do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico-PPGDSE – UFMA, Coordenador do Grupo de Análise da Política Econômica – GAPE. Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, e-mail: as.brito@ufma.br

1. INTRODUÇÃO

A desigualdade de renda no Brasil tem sido amplamente debatida ao longo das últimas décadas. Não poderia ser diferente, o país possui uma das piores distribuições de renda do mundo e seu caráter estrutural torna a tarefa de reduzi-la ainda mais difícil. Em geral, a pesquisa econômica propõe-se responder, fundamentalmente, o que afeta a distribuição de renda, o que exige considerar diferentes variáveis, tais como políticas, mercado e instituições.

Em relação às políticas de transferência de renda, por exemplo, já se sabe que não há consenso quanto à sua influência em relação a desigualdade no país, segundo ARAÚJO e MARINHO (2015), essas políticas teriam pouca capacidade de afetar a desigualdade, conclusão compartilhada, também por LIMA e MOREIRA (2014).

Marinho, Linhares e Câmpelo (2007) discutem que uma das hipóteses da pouca influência dos programas na desigualdade seria que os indivíduos pertencentes ao programa não têm incentivos de obter outras fontes de renda. Outra explicação, ainda segundo os autores, poderia ser a má focalização do programa, não destinando os recursos para os que mais necessitam.

Saad et al (2020), porém, ao analisar a dinâmica da desigualdade de 2001 a 2015 estimou que os programas de transferência de renda foram responsáveis por 19% da queda da desigualdade de renda no período. Os autores pontuaram que a importância dos programas na desigualdade sofre diferenciação em determinados anos, visto que, o PBF de 2001 a 2004 teria sido responsável em 25,6% na queda do Gini, valor semelhante ao registrado entre 2012 a 2015. As regiões do país também sofrem diferentes impactos.

> [...] nas regiões Norte e Nordeste, os rendimentos de juros e programas sociais tiveram contribuições muito relevantes, explicando cerca de 28% e 34% da redução do índice de Gini, respectivamente. Nas demais regiões, os percentuais correspondentes variam próximos de 10% e 15%.(SAAD et al, 2020; pg 11.)

O crescimento econômico, representando pelo PIB, também contribui positivamente para a redução da desigualdade no país. Araújo e Marinho (2015), utilizando os dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD) de 1995 a 2011 apontaram que a elasticidade do PIB em relação a desigualdade de renda foi de 0,047%.

Contudo, estudos realizados por Lustig *et al* (2013), ressaltaram que não há relação clara entre a queda da desigualdade e o crescimento econômico, visto que a desigualdade caiu nos países que obtiveram crescimento econômico de forma rápida, como Chile, Panamá e Peru, mas também em países com baixo crescimento, como Brasil e México.

Já a educação seria a principal determinante da desigualdade de renda. Araújo e Marinho (2015), utilizando o método dos momentos generalizados (MMG- Sistema), estimaram que para cada aumento de 1% nos anos médios de estudos a desigualdade decresce em 0,04%.

Evidentemente a renda proveniente do trabalho é a principal fonte de renda no Brasil, dessa forma, a sua distribuição tem grande influência na desigualdade, portanto, o mercado de trabalho pode influenciar a desigualdade de inúmeras formas, entre elas, as principais seriam através da segmentação, da escolaridade, da experiência e discriminação, entre outro, como aponta Paes e Mendonça (1995).

Dentre elas, a educação, ainda segundo os autores supracitados, é a variável que mais influencia a desigualdade de renda, pois se os diferenciais de salário por nível de escolaridade fossem eliminados, *ceteris paribus*, a desigualdade diminuiria de 35 a 50%. Bom mas o que apontam os resultados da literatura internacional?

2. COMO O MERCADO DE TRABALHO PODE AFETAR A DESIGUALDADE DE RENDA?

Para a maioria dos estudos, o mercado de trabalho é retratado como maior responsável para a queda da desigualdade de renda no Brasil a partir do século XXI. (FERREIRA E CRUZ 2010) apontam que as políticas em relação ao mercado de trabalho como o aumento do nível de emprego e da produtividade tendem a

apresentar resultados mais eficazes na redução da desigualdade do que políticas de transferências de renda.

Hoffmann (2009) estimou que 50% da queda de desigualdade entre 2001 a 2007 foi devido aos rendimentos do trabalho, já os programas de transferência de renda como o Programa Bolsa Família, foi responsável por 25% na redução da desigualdade entre 2001 e 2004 e 10%, de 2004 a 2007.

Saad *et al* (2020), em estudo mais recente acrescenta que entre 2001 a 2015 a renda proveniente de todos os trabalhos foi responsável por 57,5% da redução da desigualdade de renda, seguida da renda dos programas sociais, com 19% e acima das aposentadorias, com 17,5%. Os autores destacam que:

> [...] quase toda a redução do índice de Gini (93,11%) se deve à diminuição da concentração das fontes de renda, especialmente entre os rendimentos do trabalho e das aposentadorias oficiais. O efeito composição entre rendimentos de juros e programas sociais foi relevante (contribuição de 5,5% para a redução do índice de Gini), sugerindo que, para essa fonte de renda, a expansão da abrangência dos programas e o volume de recursos transferidos teve impactos importantes. (SAAD et al, 2020; pg 16.)

A literatura internacional aponta alguns outros aspectos também relevantes na influência do mercado de trabalho sobre a dinâmica da desigualdade de renda, destacando, particularmente o aspecto de gênero, da qualificação e das instituições do mercado de trabalho.

Os títulos das seções primárias devem ser digitados em maiúscula e em negrito.

2.1 O gênero importa? A participação da mulher no mercado de trabalho.

Os homens e as mulheres têm apresentado cada vez mais similaridades no âmbito da escolaridade, emprego e rendimentos (ESPING-ANDERSEN, 2009), esse fato tem sido pauta da literatura internacional com objetivo de explicar como essa nova realidade tem influenciado a desigualdade de renda. Assim, a participação feminina no mercado de trabalho e seus efeitos na desigualdade podem ser analisados de duas formas, em relação ao domicílio, ou seja, a desigualdade entre as famílias, e no

aspecto individual. O aumento dos rendimentos das famílias a partir do trabalho das mulheres, à priori, é intuitivo que possa diminuir a desigualdade, mas esse processo tem suas peculiaridades e diferem em relação aos países e culturas.

Segundo Breen & Salazar (2011):

> Economic inequality (i.e. the distribution of income within and between households) is largely determined, firstly, by the allocation of resources to individuals, which mainly depends on their earnings and thus on employment, and secondly, by the way in which individuals with iferente endowments are grouped in households (BREEN & SALAZAR, 2011, apud GROTTI e SCHERER, 2016, pg. 14).

Ou seja, a desigualdade familiar dependeria da renda dos indivíduos e como estes seriam agrupados nas famílias. O casamento entre semelhantes dessa forma, poderia ser uma variável que promoveria a desigualdade. Esse aspecto é reforçado por Blundell *et al* (2018), para quem a relação entre a renda individual e o trabalho familiar depende das mudanças da composição da família e do casamento entre semelhantes.

> Focussing on the period since 1994, we find that both in Britain and the US, reductions in marriage have been greatest among low-wage workers and non-workers. In addition, the US has experienced an increase in assortative mating in terms of the correlation between wage percentiles of both members of a couple. The result of these trends has been an increase in inequality in family labour income among men and women in both countries. (BLUNDELL *et al*, 2018, pg. 61).

Os estudos de Groti e Sherer (2016) e Feng e Tang (2018), porém, apontam que a similaridade do casal influencia pouco ou nada na desigualdade. Groti e Sherer (2016) concluem que o aumento da participação feminina no mercado de trabalho contribuiu para diminuir a desigualdade de renda entre as famílias. Na China, Feng e Tang (2018) analisaram os rendimentos familiares e apontaram que cerca de ¼ do aumento da desigualdade entre 1992 e 2009 foi devido a diminuição de casamentos. A queda nos casamentos foi maior entre os mais escolarizados, a taxa de matrimônio das mulheres que possuem ensino superior completo caiu de 90,6% em 1992/93 para 77,1% em 2008/09, queda semelhante da registrada dos homens, de 96,3% para 84,4%.

Filandri e Struffolino (2019), ao analisar dados de 31 países europeus, apontaram que o aumento da participação feminina diminui pobreza entre as famílias que obtém sua renda através do trabalho, devido ao aumento do rendimento total. Contudo, os autores concluem que devido à baixa qualidade dos empregos (trabalhos de meio período) que tendem a gerar retornos salariais menores, há um aumento pobreza no aspecto individual, que provocam o aumento da desigualdade de renda entre os indivíduos.

No Brasil, Ribeiro e Machado (2018), analisando o período de 1992 a 2014, encontraram resultados semelhantes e concluíram que se o rendimento das esposas não tivesse se modificado, a queda da desigualdade de renda entre as famílias seria 22% menor do que de fato foi observado.

2.2 A importância da Educação.

A desigualdade no acesso à educação tem papel chave na desigualdade de renda. No século passado, acreditava-se que o avanço tecnológico seria o principal motivo pelo qual a demanda por mão de obra qualificada iria aumentar. A s*kill-based technological change* (SBTC)[3], era a principal hipótese para esse fenômeno, tanto pelo aumento da demanda de trabalhadores mais qualificados, como também pela demissão de trabalhadores menos qualificados, que aumentaria a competição por vagas de trabalho com menor remuneração.

A SBTC foi criticada por outros autores em função da teoria não conseguir explicar as diferenças dos retornos educacionais devido a fatores demográficos, como a idade, gênero e raça, dessa forma, sua utilização como a principal responsável pelo aumento da desigualdade foi atenuada. (CARD AND DINARDO, 2002; LEMIEUX, 2008 *apud* KOCHAN E RIOCHAT, 2016)

A escolaridade geral da população e os retornos da educação (*skill premium*) são as principais variáveis discutidas nos artigos para analisar o impacto da educação

[3] A skill-base technological change (SBTC) é uma hipótese que explica a desigualdade aumentaria quando novas tecnologias demandassem trabalhadores com alto grau de qualificação, aumentando a desigualdade salarial (Card and DiNardo, 2002)

na desigualdade de renda. Como apontado em Feng e Tang (2018), cerca de ¾ do aumento da desigualdade na China entre 1992 e 2009 foi devido ao mercado de trabalho. Segundo esses autores, os principais motivos seriam a diminuição do nível de emprego e dos aumentos dos retornos da educação e da desigualdade dentro do mesmo nível educacional (resultado de habilidades não observadas.). A mudança de economia planificada para uma economia de mercado favoreceu o aumento das diferenças salariais, na medida em que provocou a elevação do nível de desempregados, o êxodo rural e promoveu a livre negociação entre patrão e empregado.

Iniciado em 1999, a expansão no nível educacional ocorrida na China foi um dos principais motivos, ainda segundo os autores, para frear o aumento *skill premium*.

> The program was initiated in 1999 and started to affect the labor market since 2002/2003 when the first cohort of graduates left schools. The annual college admission growth rate has been increased to 30% in 1999 and 2000, up from only 2% on average between 1993 and 1998, and maintained a 15% annual growth rate over the 2001–2005 period, before slowing down to 5% after 2006. Such a large-scale expansion program has improved average levels of education significantly (XING, 2001 *apud* FENG e TANG, 2018, pg. 999)

Segundo Jounard e Velez (2013), ao estudar a dinâmica da renda na Colômbia aponta que o mercado de trabalho é a principal causa da desigualdade, não só na América Latina, mas como na OCDE. Os autores concluem que as principais causas da desigualdade colombiana são:

> First, the unemployment rate, at 11% in 2011, remains high by OECD and Latin American standards. Second, a large share of people is employed in the informal sector, and the income of a majority of them is well below the minimum wage. Third, the wage dispersion is very wide among those working, reflecting a high education and skill premium. And many of those employed (about one third in 2012) also reported being under-employed. (JOUNARD E VELEZ, 2013, pg. 8).

Os autores apontam que os retornos da educação na Colômbia são altos principalmente devido à baixa oferta de mão de obra. Em 2011, por exemplo, o salário dos profissionais que possuíam Ensino Superior era, em média, 6 vezes mais alto do que aqueles que possuíam apenas o Ensino Médio. (JOUNARD E VELEZ, 2013).

Azevedo (2012), estudando a desigualdade de renda na América Latina, apontou que cerca de 45% da queda do coeficiente de Gini nos anos 2000 foi devido

ao salário-hora trabalhado, trazendo, portanto, mais uma evidência de como a dinâmica do mercado de trabalho afeta diretamente a desigualdade.

Ainda quanto à discussão dos retornos da educação, Gasparini e Lustig (2011) discutem que a queda dos retornos da educação foi o principal motivo da redução da desigualdade. Lustig *et al* (2013) observam que os principais motivos para a queda do *skill premium*:

> There are four potential (and not mutually exclusive) explanations for this phenomenon: a reduction in the relative demand for skilled workers; an increase in the relative supply of skilled workers; an increase in minimum wages and unionization rates benefiting low-wage workers more than high-wage workers; and a degradation of tertiary education. The latter could occur due to a combination of an expansion of tertiary education of lower quality and/or because those entering expanded tertiary education programs increasingly include individuals with lower abilities, as compared to previous patterns of human capital accumulation.. (LUSTIG et al, 2013, pg. 8)

No caso brasileiro, porém, Azevedo e Atuesta (2013) demonstram que a mudança na composição da escolaridade no Brasil contribuiu bem pouco para a redução da desigualdade. O determinante proeminente, seria o efeito preço (salário), responsável por cerca de 61% da queda do Gini de 2000 a 2010.

2.3 As Instituições do Mercado de Trabalho

A discussão da influência das instituições do mercado de trabalho e a desigualdade, embora muito importante, não possui consenso entre os economistas. De forma geral, a maioria das opiniões dos economistas é de que políticas em relação ao mercado de trabalho podem aumentar o desemprego gerando mais desigualdade (SZCZEPANIAK E OBŁOZA 2020). Por outro lado, as instituições também podem diminuir a dispersões salariais e aumentar a participação da renda do trabalho, devido as políticas de proteção ao emprego (CHECCHI E GARCIA-PENALOSA, 2008).

Como citado anteriormente, a SBTC era tida como umas das principais hipóteses do aumento da desigualdade de renda ao redor do mundo, porém, Tsoukatou (2020), propõe que se todos os países industrializados foram expostos pelas mudanças tecnológicas, a diferença salarial deveria ter sido afetada de forma correspondente. Segundo essa autora, a desigualdade de renda dependeria,

primariamente, de como as instituições do mercado de trabalho (como o salário-mínimo, nível de centralização da barganha salarial e os sindicatos) respondem as mudanças tecnológicas e sua influência sobre os retornos da educação. Para a autora,

> According to our empirical research, the labor market institutions examined justify 82.1% of the increase in wage inequality (as defined by the wage inequality 90/10) while the remaining 17.9% could be due to other reasons such as the different magnitude of technological change among countries. In different parts of the wage distribution (50/10 and 90/50) the degree of inequality due to labor market institutions is 71.9% and 77.9% respectively. (TSOUKATOU, 2020, p.341)

A autora observa que os principais fatores que influenciam a desigualdade de renda (na razão 90/10) são os níveis baixos de salários, seguidos pelo crescimento econômico, o nível de centralização da barganha salarial, e por último e menos significante a barganha coletiva. Em relação a densidade sindical, porém, Tsoukatou (2020) encontrou que seu aumento, afetaria positivamente a desigualdade, segundo a autora a hipótese seria que:

> In recent years, the general level of education in developed economies has increased, resulting in an increase in the number of skilled workers. As the number of highskilled employees increases, it is more likely this increase to alter the constitution of the trade unions by having more highly skilled members. In this way, the profile of the 'average worker/member' is also changed and consequently, their role in reducing the extent of pay distribution becomes questionable. (TSOUKATOU, 2019, p.340)

Em estudos conduzidos na República Checa, Hungria, Polônia e Eslováquia, Szczepaniak e Obłoza (2020) apontam ,que apesar de fraca, há uma relação negativa entre o índice de GINI e as instituições do mercado de trabalho, pois, quanto mais regulado o mercado de trabalho, mais os trabalhadores ficam mais protegidos e como consequência índice de GINI diminui.

segundo Szczepaniak e Szulc -Obłoza (2020, pg 86-87) o motivo seria que:

> It can be interpreted that state policy through transfers and taxes is more effective in decreasing inequalities when the labour market institutions protect employees to a great extent. Szczepaniak

A flexibilização também é outro fator institucional pesquisado pela literatura especializada. (DARCILLON 2015) pesquisou, especificamente a interação entre a

flexibilização financeiro e o mercado de trabalho. Os resultados encontrados mostram o impacto do desenvolvimento do mercado financeiro na desigualdade de renda – antes dos impostos – medido pelo Gini, sugerindo que há relação entre as flexibilizações do mercado financeiro e do mercado de trabalho.

Jerzmanowski e Nabar (2013 *apud* DARCILLON, 2015) demonstra que o desenvolvimento do mercado financeiro tende a aumentar a desigualdade principalmente devido aos retornos da educação, relacionado a maior quantidade de empresas e maior demanda por pessoas com maior qualificação. Contudo, Philippon e Resheff (2012) argumentam que isso ocorre também devido ao aumento excessivo do salário das pessoas que trabalham no mercado financeiro em relação aos setores da economia, dessa forma, aumento do mercado de ações tem uma clara ligação com o aumento da desigualdade.

Em relação ao crédito os estudos são ambíguos, por um lado Darcillon (2015) pontua que o crédito pode permitir que as famílias mais pobres possam investir no seu capital humano, diminuindo a desigualdade, já segundo Kumhof eRancière (2010 *apud* DARCILON, 2015, pg. 237-238)

> Higher credit supply is provided from the increasing savings of the richest households: they can use their extra income to acquire additional financial assets and use this additional income to provide loans to poorer households

Darcilon (2015) conclui que o mercado de trabalho mais institucionalizado e, portanto, mais regulados tende a atenuar o impacto negativo na desigualdade de renda causado por sistemas financeiros flexibilizados.

> On the one hand, we show that a flexibilization in the financial/credit markets increases income inequality especially when labour markets are flexible. On the other hand, we also find that encompassing labour market institutions — strong union density and employment protection legislation — contribute to the reduction in income disparities in a strongly financially developed world. Increasing the level of labour market regulation, one also weakens the negative impact of the flexibilization in the financial/credit markets on the increase in income inequality (Darcillon ; 2015; pg .254)

As instituições também influenciam na atenuação do aumento da desigualdade na transição para economia do conhecimento. Hope e Martelli (2019) discutem que a mudança da economia fordista para a de conhecimento aumenta a desigualdade. O

motivo seria que prejudicaria os trabalhadores em postos de trabalho que tem na rotina sua principal característica, pois podem ser substituídos por máquinas e computadores.

Os autores pontuam que a densidade sindical, a proteção ao emprego e as maiores densidades sindicais e cobertura da barganha coletiva conseguem mitigar os efeitos da transição pra a economia do conhecimento, quando utilizada a razão 90/10. Concluindo que as instituições do mercado de trabalho têm papel central para diminuir as pressões do aumento da desigualdade nas democracias avançadas.

O papel do salário-mínimo é abordado como um fator potencial para a diminuição da desigualdade. No Brasil, A política de valorização do salário-mínimo, iniciada em 1995, destaca-se dentre os fatores que viabilizaram a queda de desigualdade nos anos 2000 (CARVALHO, 2018)

A partir de 2004, o aumento do salário-mínimo, segundo Dedecca (2015), provocou crescimento de forma acentuada dos rendimentos dos 50% mais pobres. Osada (2008) encontrou que, não houvesse aumento real do mínimo a partir de 1995 e 2002, a desigualdade de renda teria sido até 27% maior em 2007, a depender do indicador avaliado.

Kochan e Riordan (2016) discutiram como o salário-mínimo, a queda dos sindicatos e o poder de barganha podem influenciar na desigualdade e na pobreza. Os autores apontaram que nos EUA, em 2016, o poder de compra do salário-mínimo é 25% menor do que em 1968, realidade que prejudicou principalmente os trabalhadores mais pobres. Os autores concluem que apesar dessa realidade, o salário mínimo ainda é um fator institucional importante para o combate à desigualdade

Os autores também observaram a redução do número de sindicatos, desde os anos 80, devido principalmente a gestão Reagan, que combatia as instituições acusando-as de provocar inflação. Os autores apontam que a queda da sindicalização é responsável por cerca de 20 a 30% do aumento da desigualdade de renda nos EUA desde 1980. Nos Estados Unidos, David, Manning y Smith (2016) apud Vellvé (2018) discutem que de 1979 a 2020, o salário-mínimo efetivamente teve papel importante para a diminuição da desigualdade no país, principalmente na base da distribuição.

Vellvé (2018) conclui, analisando os dados da União europeia de 2005 a 2014 que:

> Entre las principales conclusiones alcanzadas hay que destacar que la elasticidad estimada de la desigualdad medida por el índice de Gini, ante cambios en los salarios mínimos relativos, se encuentra en un rango entre –0.10 y –0.12, lo cual confirma una relación negativa y significativa, en el sentido de que un aumento de los salarios mínimos relativos contribuye a una reducción de la desigualdad en la renta disponible equivalente de los hogares en la UE.(Valvé;2018;pg 98).

3 CONCLUSÃO

Como pode ser observado, ao longo do texto, o mercado de trabalho, a partir de diferentes aspectos pode ser o principal determinante da desigualdade de renda, seja em função dos diferenciais de qualificação, dos baixos salários da mulher, como também pode ser um canal importante para redução das disparidades de renda a partir de políticas regulatórias e institucionais, como o salário-mínimo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J. A. DE; MARINHO, E. **Estudo sobre a desigualdade de renda e seus determinantes no Brasil**. Revista Políticas Públicas, v. 19, n. 2, p. 565, 2016.

AZEVEDO, J. P., M. E. Dávalos, C. Diaz-Bonilla, B. Atuesta, and R. A. Castañeda (2013) "**Fifteen Years of Inequality in Latin America**: How Have Labor Markets Helped?" Policy Research Working Paper 6384, The World Bank.

AZEVEDO, J. P., G. Inchauste, and V. Sanfelice (2012) **"Decomposing the Recent Inequality Decline in Latin America**", Mimeo, The World Bank.
BLUNDELL, R. et al. Income inequality and the labour market in Britain and the US. **Journal of Public Economics**, v. 162, p. 48–62, 2018.

CARDD, DiNardo JE (2002) **Skill-biased technological change and rising wage inequality:** Some problems and puzzles. Journal of Labor Economics 20(4): 733–783.

CARVALHO, Laura. **Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia,1º edição, 2018

CHECCHI, D., García-Peñalosa, C. (2008), **Labour market institutions and income inequality**, "LIS Working Paper Series", 470, Luxembourg Income Study (LIS), Luxembourg.

Darcillon, Thibault. 2015. "**How Does Finance Affect Labor Market Institutions**? An Empirical Analysis in 16 OECD Countries." Socio-Economic Review 13, no. 3: 477–504. doi: 10.1093/ser/mwu038.

FERREIRA, Roberto Tatiwa & CRUZ, Mércia Santos da (2010), "**Efeitos da Educação, da Renda do Trabalho, das transferências e das condições iniciais na evolução da desigualdade de renda nos municípios brasileiros no período de 1991 a 2000**". Pesquisa e Planejamento Econômico, 40 (1): 103-121.

ESPING-ANDERSEN, G., and J. MYLES (2009) "**Economic inequality and the welfare state**," in W. Salverda, B. Nolan, and T. M. Smeeding (eds.) The Oxford Handbook of Inequality. Oxford: Oxford University Press: 639–64.

FENG, S.; TANG, G. **Accounting for Urban China'S Rising Income Inequality:** the Roles of Labor Market, Human Capital, and Marriage Market Factors. **Economic Inquiry**, v. 57, n. 2, p. 997–1015, 2019.

FILANDRI, M.; STRUFFOLINO, E. **Individual and household in-work poverty in Europe:** understanding the role of labor market characteristics. **European Societies**, v. 21, n. 1, p. 130–157, 2019.

GASPARINI, L., and N. LUSTIG (2011) "**The Rise and Fall of Income Inequality in Latin america"**, working paper 1110, tulane university

HOFFMANN, Rodolfo (2009), "**Desigualdade da distribuição da renda no Brasil: a contribuição de aposentadorias e pensões e de outras parcelas do rendimento domiciliar per capita**". Economia e Sociedade, 18 (1): 213-231.

HOPE, D.; MARTELLI, A. **The Transition to the Knowledge Economy, Labor Market Institutions, and Income Inequality in Advanced Democracies**. [s.l: s.n.]. v. 71

BARROS, Ricardo Paes; MENDONÇA, Rosane S. P. de. **Os determinantes da desigualdade no brasi**l - texto para discussão nº 377, Rio de janeiro, 1995.

KOCHAN, T. A.; RIORDAN, C. A. **Employment relations and growing income inequality:** Causes and potential options for its reversal. **Journal of Industrial Relations**, v. 58, n. 3, p. 419–440, 2016.

JOUMARD, I. and J. Londoño Vélez (2013), "**Income Inequality and Poverty in Colombia** - Part 1. The Role of the Labour Market", OECD Economics Department Working Papers, No. 1036, OECD Publishing, Paris,

MARINHO, E.; LINHARES, F; CÂMPELO, G. **Os programas de transferências de renda do governo impactam a pobreza no Brasil**? Fortaleza: UFC/CAEN, 2007.

MCCALL, Leslie. **"Explaining Levels of Within-Group Wage Inequality in U.S**. Labor Markets." Demography vol. 37, no. 4, 2000, pp. 415–430.

LIMA, J.P.P ; MOREIRA, T. **Fatores determinantes da desigualdade de renda no Brasil**: uma análise empírica. RDE - REVISTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Ano XVI Nº 30 Dezembro de 2014 Salvador, BA.

LUSTIG, N. et al. **Deconstructing the Decline in Inequality in Latin America**. Inequality and Growth: Patterns and Policy, p. 212–247, 2016.

LEMIEUX T (2008) **The changing nature of wage inequality**. Journal of Population Economics 21: 21–48.

OSADA, R.P. **Salário Mínimo versus desigualdade de renda no Brasil**., Campinas, 2008.

PHILIPPON T. RESHEFF A. (2012) **'Wages and Human Capital in the U.S. Financial Industry**: 1909– 2006', The Quarterly Journal of Economics 127(4): 1551–1609.

GROTTI, Raffaele, SCHERER, Stefani. **Does gender equality increase economic inequality? Evidence from five countries,** Research in Social Stratification and Mobility,Volume 45, , Pages 13-26, 2016.

RIBEIRO, C. A. C.; MACHADO, W. **Rendimento do Trabalho das Esposas e Tendências da Desigualdade de Renda no Brasil (1992-2014).** Dados, v. 61, n. 1, p. 103–135, 2018.

SAAD, M. G. et al. "**Income inequality decrease determinants in brazilian regions between 2001 and 2015**". Revista Brasileira de Ciencias Sociais, v. 35, n. 104, 2020.

SÁNCHEZ VELLVÉ, F. J. **Política de salarios mínimos: influencia sobre la desigualdad económica en la Unión Europea**. Investigacion Economica, v. 76, n. 302, p. 77–101, 2017.

SALVADORI DEDECCA, C. **A redução da desigualdade e seus desafios. Ipea**, p. 51, 2015.

SILVA, R.; MENDONÇA, P. DE; GOMES, G. M. **Desigualdade No Brasil**. **IPEA**, 1995.

SZCZEPANIAK, M.; SZULC-OBŁOZA, A. **Labour market institutions and income inequalities in the visegrad group countries**. Comparative Economic Research, v. 23, n. 3, p. 75–90, 2020.

TSOUKATOU. V "**Examining the correlation of the level of wage inequality with labor market institutions**. Journal of Economics and Political Economy Vol 6, No. 4, 323-343 ,2020